



**PREFEITURA DE  
VILHENA**  
PROCURADORIA

**MINUTA DE CONTRATO Nº ...../2026**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
**MUNICÍPIO DE VILHENA-RO**, E A EMPRESA  
..... (PROCESSO  
ADMINISTRATIVO N.º 1793/2026).

Aos ..... (....) dias do mês de ..... do ano de dois mil e vinte e seis, o **MUNICÍPIO DE VILHENA**, Estado de Rondônia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 04.092.706/0001-81, com sede no Centro Administrativo Senador Doutor Teotônio Vilella, s/n.º, doravante denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Flori Cordeiro de Miranda Junior**, brasileiro, solteiro, agente político, portador da Cédula de Identidade RG sob n.º 304253790 SSP/SP e CPF sob n.º 309.160.068-83, residente e domiciliado na cidade de Vilhena/RO, e, de outro lado, ....., empresa de direito privado, inscrita no CNPJ n.º ....., com sede a ....., nesta cidade de ....., daqui a diante simplesmente designada **CONTRATADA**, tendo como representante o Sr.(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º ..... e CPF sob n.º ....., residente na cidade de ....., e acordam na realização do presente Contrato, cuja celebração foi autorizada na Solicitação de Despesa nº ...../ 2026, do Processo Administrativo n.º 1793/2026 e licitado através do Edital de Pregão Eletrônico n.º 013/2026/PMV/SRP – Misto, do tipo menor preço total por lote, nos termos da Lei nº 14.133/2021, nos termos do Decreto Municipal 59.678/2023, Decreto Municipal 59.674/2023, Decreto Municipal 59.677/2023 e demais legislação aplicável, que regem também a forma prevista deste Contrato, nos termos da proposta vencedora, submetendo-se os contratantes, às seguintes cláusulas e condições:

**1. DO OBJETO (Art. 6º Inciso XXIII Alínea a; Art. 18 Inciso II; Art. 40 §1º Inciso I da Lei nº. 14.133/2021)**

**1.1** O presente Contrato tem por objeto prestação de serviços, locação de estruturas, brinquedos e equipamentos, aquisição de materiais gráficos, materiais de consumo e gêneros alimentícios frescos e diversos, com a finalidade de atender as demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social na realização de eventos anuais, campanhas institucionais, ações socioassistenciais e demais atividades promovidas pela SEMAS e seus Núcleos (CREAS, CRAS, PCF, CCC, CCJ, CCI, CTS, UACA, UAM, CTN, CADASTRO ÚNICO e CASA DOS CONSELHOS) juntamente com o Fundo Municipal de Assistência Social – FUMAS e Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMUCRAD conforme Justificativas, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Cotações, Pedidos de Compra, proposta vencedora da Licitação da modalidade Pregão Eletrônico nº 013/2026/PMV/SRP a qual deu origem aos preços registrados na Ata de Registro de Preços nº ...../2026, constantes no Processo Administrativo n.º 1793/2026, que, com seus anexos, ficam fazendo parte deste termo, independentemente de transcrição para todos os fins e efeitos legais.

**1.2** As quantidades e especificações dos itens que compõem cada lote encontram-se descritas na tabela do item 8.2 do Termo de Referência 002/2026/SEMAS.

## **2. DO AMPARO LEGAL**

**2.1** O respaldo jurídico do presente Contrato encontra-se consubstanciado no Processo Administrativo nº 1793/2026, que originou o Edital de Pregão Eletrônico nº 013/2026/PMV/SRP, bem como a Lei nº 14.133/2021, a qual institui normas para licitações e contratos administrativos e Decreto Municipal 59.678/2023, Decreto Municipal 59.674/2023, Decreto Municipal 59.677/2023.

**2.2** Todo e qualquer vínculo advindo do “Termo de Referência” constante nos autos administrativo nº 1793/2026, será regrado pela legislação pertinente, aprovadas antes e durante a vigência contratual.

## **3. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (Capítulo X Seção V e seus Artigos da Lei 14.133/21; Decreto Federal 11.462/23; Decreto Municipal 59.677/23)**

### **3.1 Órgão Gerenciador (Art.65 Decreto Municipal 59.677/23)**

#### **3.1.1 CONTROLADORIA DE LICITAÇÕES DO MUNICIPIO**

**3.1.2** Compete ao Órgão Gerenciador praticar todos os atos de controle e de administração do SRP e ainda (Art. 7º do Decreto Federal 11.462/23)

a) Promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório ou da contratação direta e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata e a sua disponibilização aos órgãos ou às entidades participantes;

b) Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

c) Autorizar os pedidos de liberação realizados pelos órgãos participantes;

d) Controlar o quantitativo da Ata para futuras adesões.

e) Deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades não participantes, a figura do “carona”, o qual é “outro” órgão que não fez a manifestação da intenção de participar no prazo da lei. A “carona” será autorizada quando houver justificativa plausível e o aceite do órgão gerenciador e do fornecedor (Art. 86 §2º da Lei 14.133/21);

f) Controlar o “carona”, que deverá contratar no prazo máximo de 90 dias conforme rege o Art. 31 § 2º do Decreto Federal 11.462/23;

g) Aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto na alínea “f” acima, nos termos do disposto no § 3º do Art. 31 do Decreto Federal 11.462/23;

h) Conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados;

i) Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório e registrá-las no SICAF;

j) Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las no SICAF;

k) Cancelar a Ata nas hipóteses da lei.

### **3.2 Órgão Participante:**

**3.2.1** SEMAS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FUMAS E FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- FUMUCRAD.

**3.2.2** Compete ao órgão ou à entidade participante:

a) Tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

b) Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;

c) Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou de obrigações contratuais;

d) Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informar as ocorrências ao órgão ou à entidade gerenciadora e registrá-las no SICAF; e

e) Prestar as informações solicitadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.

### **3.3.1 Da Assinatura da ARP (Art.19 do Decreto Federal 11.462/23)**

**3.3.2** Após os procedimentos licitatórios e sua adjudicação, os licitantes mais bem classificados serão convocados para assinar a Ata de Registro de Preços, tendo estes o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a assinatura, sob a pena de decadência do direito, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que (Art. 19º § 1º do Decreto Federal 11.462/23):

a) A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) A justificação apresentada seja aceita por esta Autarquia.

**3.3.3.** A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital (Art.19 § 2º do Decreto Federal 11.462/23).

**3.3.4** Na hipótese de o primeiro convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos, perderá este o direito à contratação, estando sujeita às penalidades previstas no Termo de Referência, e a CONTRATANTE convocará os licitantes remanescentes Na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado (Art. 20 do Decreto Federal 11.462/23).

**3.3.5** Na hipótese de nenhum dos licitantes remanescentes aceitarem a contratação nos termos do disposto no item 3.3.4, a CONTRATANTE, observados o valor estimado, poderá:

a) Convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para negociação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**3.3.6** Durante o prazo de validade da Ata, a Administração da SEMAS não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio o objeto da licitação, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições (Art. 21 do Decreto Federal 11.462/23).

**3.4 Da Vigência da Ata de Registro de Preços (Art. 22 do Decreto Federal 11.462/23 e Art. 84 da lei 14.133/21)**

**3.4.1** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua publicação, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

**3.4.2** Os Contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, caso venham a ser celebrados, terão sua vigência observado o disposto no Art. 36 do Decreto Federal nº 11.462/23.

**3.5 Do acréscimo de Quantitativos da ARP (Art.23 do Decreto Federal 11.462/23)**

**3.5.1** Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

**3.6 Da Alteração ou atualização dos preços registrados (Art. 25 do Decreto Federal 11.462/23; Art. 82 Inciso VI da Lei 14.133/21)**

**3.6.1** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do Art. 124 da Lei nº 14.133/21;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

c) Na hipótese de previsão de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133/21.

**3.7** Da Negociação de Preços Registrados (Art.26 do Decreto Federal 11.462/23)

**3.7.1** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**3.7.2** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, nos termos do item 3.8, sem aplicação de penalidades administrativas.

**3.7.3** Na hipótese prevista no item 3.7.2 acima, o gerenciador convocará os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

**3.7.4** Se não obtiver êxito nas negociações, a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do item e/ou dos itens e/ou da Ata de Registro de Preços, nos termos do item 3.8 e poderá adotar as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

**3.7.5** Na hipótese de redução do preço registrado, caso haja liberação empenhada e não entregue, a CONTRATANTE deverá avaliar a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual.

**3.7.6** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao Fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso, desde que (Art. 27 do Decreto Federal 11.462/23):

a) O fornecedor comprove a devida alteração de valor demonstrando seus custos no intervalo entre a apresentação de sua proposta e o reajuste atual;

b) Deverá ser aplicado no preço final reajustado o desconto concedido entre a primeira oferta realizada pelo licitante no pregão ao valor final adjudicado;

c) A repactuação de preços se dará mediante solicitação formal do fornecedor anexado as comprovações de que cita a alínea "a" acima;

d) O órgão gerenciador tem o prazo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento formal da repactuação, para negociar e responder ao fornecedor se defere ou não seu pedido de reajuste. Caso defira o pedido deve proceder até este prazo o seu reajuste. Caso indefere deve apresentar ao fornecedor suas razões;

e) O valor repactuado será aplicado somente ao saldo da Ata de Registro de Preços, não sendo permitida a repactuação nos itens já liberados e empenhados.

**3.7.7** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob a pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência e na legislação aplicável.

**3.7.8** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item 3.7.7, o gerenciador convocará os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

**3.7.9** Se não obtiver êxito nas negociações, a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do item e/ou dos itens e/ou da Ata de Registro de Preços, nos termos do item 3.8 e poderá adotar as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

**3.7.10** Na hipótese de comprovação do disposto no item 3.7.6 a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado.

**3.7.11** Na hipótese de redução atualização do preço registrado, caso haja liberação empenhada e não entregue, a CONTRATANTE deverá avaliar a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual.

**3.8** Do Cancelamento do Registro do Fornecedor e dos Preços Registrados:

**3.8.1** Do Cancelamento do Registro do Fornecedor (Art. 28 do Decreto Federal 11.462/23):

**3.8.1.1** O registro do fornecedor será cancelado pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 3.7.8; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do Art. 156 da Lei nº 14.133/21.

**3.8.1.2** Na hipótese prevista na alínea “d” do item 3.8.1.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**3.8.1.3** O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**3.8.1.4** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes remanescentes, observadas a ordem de classificação.

**3.8.2** Cancelamento dos Preços Registrados (Art. 29 do Decreto Federal 11.462/23):

**3.8.2.1** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 3.7.4 e no 3.7.9.

**3.8.3** A solicitação do cancelamento da Ata deve se proceder de maneira formal, mediante solicitação por escrito, na qual o requisitante deve explicar as razões pelas quais não tem como manter o preço e as condições pactuadas.

**3.8.4** O cancelamento deve ocorrer somente ao saldo da Ata de Registro de Preços, não sendo permitido o cancelamento de itens já liberados e empenhados.

**3.9** Do Remanejamento das Quantidades Registradas na Ata de Registro de Preços (Art. 30 do Decreto Federal 11.462/23)

**3.9.1** As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços: SEMAS—SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIASOCIAL; FUMAS – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; FUMUCRAD –FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE;

**3.10** Da Utilização da Ata de Registro de Preços por Órgãos ou Entidades não Participantes (Art. 31 do Decreto Federal 11.462/23)

**3.10.1** Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram deste Registro de Preços poderão aderir à Ata de Registro de

Preços na condição de não participantes, mediante solicitação formal ao órgão gerenciador com aceitação da entidade gerenciadora e do fornecedor

**3.10.2** A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

**3.10.3** Após a autorização do órgão gerenciador, a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

**3.10.4** O prazo previsto no item 3.10.3 poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação da entidade não participante aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da Ata de Registro de Preços.

**3.10.5** Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o item 3.10.1 deste Instrumento (Art. 32 do Decreto Federal 11.462/23):

**3.10.6** As aquisições ou as contratações adicionais (Carona) não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados na Ata de Registro de Preços (Art. 86 § 4º da Lei 14.133/21).

**3.10.7** O quantitativo decorrente das adesões (Carona) à Ata de Registro de Preços a que se refere o Item 3.10.6 deste Instrumento não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem (Art. 86 § 5º da Lei 14.133/21).

**3.11** Da Contratação com Fornecedores Registrados (Art. 34 do Decreto Federal 11.462/23):

**3.11.1** A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão participante por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no Art. 95 da Lei nº 14.133/21.

**3.11.2** Os instrumentos de que trata o item 3.11.1 serão assinados no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

**3.12** Da Alteração dos contratos (Art.35 do Decreto Federal 11.462/23):

**3.12.1** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no Art. 124 da Lei nº 14.133/21.

**3.13** Da Vigência dos Contratos (Art.36 do Decreto Federal 11.462/23):

**3.13.1** A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida no edital ou no aviso de contratação direta, observado o disposto no Art. 105 da Lei nº 14.133/21.

#### **4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º Inciso XXIII Alínea j; Art. 92 Inciso VIII da Lei 14.133/2021):**

As despesas decorrentes da realização deste objeto correrão por conta de recursos específicos consignados no orçamento de cada Órgão participante do Registro de Preços de acordo com as dotações discriminadas nos pedidos de compra e suas justificativas.

#### **5. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**5.1** O valor total deste Contrato é de R\$ ..... (.....), para a aquisição/prestação dos serviços do objeto deste termo.

**5.2** Os valores constantes no Item 5.1 foram adquiridos pelo menor preço total por lote.

**5.3** O objeto com suas descrições, conforme Item 1. estão em conformidade com as cotações anexas aos autos n.º 1793/2026.

## **6. FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA (Art.18 Inciso III;Art.40,§1º,Inciso li da Lei 14.133/21):**

### **6.1 Do Registro de Preços:**

**6.1.1** Após a assinatura e publicação da Ata de Registro de Preços, havendo necessidade de consumo do órgão participante, o mesmo solicitará ao órgão gerenciador que emitirá a ordem de liberação para o respectivo empenho da despesa.

**6.1.2** A solicitação do órgão participante deverá conter:

a) O item o qual deseja contratar/adquirir, devendo ser solicitado somente itens dos quais o órgão participou;

b) Dotação orçamentária da despesa, sendo que a mesma deverá constar na relação das dotações do órgão constantes neste Termo e seus anexos. Caso tenha havido alteração nas dotações, justificar informando a dotação anterior e a sua substituta atual;

c) Prazo da contratação para emissão do Contrato (se houver).

### **6.2 Pós-liberação da Ata de Registro de Preços:**

**6.2.1** Após a liberação da Ata será efetuado o empenho para prosseguimento da despesa.

**6.2.2** A aquisição dos bens e a contratação dos serviços ocorrerão de forma parcelada ou conforme a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS.

**6.2.3** A entrega do objeto será total, conforme Nota de Empenho e solicitação da SEMAS.

**6.2.4** A CONTRATADA deverá realizar a entrega dos materiais no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o recebimento da Nota de Empenho, admitida prorrogação por igual período, mediante justificativa formal aceita pela CONTRATANTE.

**6.2.5** Os produtos como: Guloseimas e Brinquedos, Artigos de Embalagem e Decoração itens para a montagem de kits de presente, cestas ou lembrancinhas, itens de papelerias entre outros, deverão ser entregues em horário comercial, nas dependências do Almoxarifado Central de Vilhena, localizado na Av. Antônio Quintino Gomes, nº 3695, Setor 005, QD 069, Bairro Jardim América, Vilhena/RO..

**6.2.6** Todos os ônus decorrentes da entrega, inclusive transporte, frete, carga e descarga, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA, não sendo a SEMAS responsável pelo fornecimento de mão de obra para tais atividades.

**6.2.7** Não serão aceitos produtos em desacordo com as especificações técnicas ou com marca diversa da apresentada na proposta vencedora.

**6.2.8** Constatada qualquer irregularidade ou incompatibilidade, os itens deverão ser substituídos pela CONTRATADA, às suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem caracterizar prorrogação do prazo originalmente pactuado.

### **6.3 Da Execução dos Serviços**

**6.3.1** Os serviços deverão ser executados nos locais dos eventos, em perfeitas condições de funcionamento, de modo a não comprometer a realização das atividades programadas.

**6.3.2** A SEMAS fornecerá à CONTRATADA o cronograma do evento, contendo local, data e horário, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

**6.3.3** Para serviços de locação (tendas, palco, sonorização, banheiros químicos, carrinhos de pipoca e algodão-doce, brinquedos infláveis, grades de isolamento e demais estruturas), a montagem deverá ocorrer com antecedência mínima de 02 (duas) horas do início do evento, estando todos os equipamentos testados e aptos ao funcionamento.

**6.3.4** A CONTRATADA deverá estar presente no local com antecedência mínima de 01 (uma) hora, quando se tratar de serviços de entretenimento infantil, e brigadistas.

**6.3.5** Após o término dos eventos, a desmontagem e retirada dos equipamentos deverão ocorrer imediatamente, sob total responsabilidade da CONTRATADA.

### **6.4 Condições Específicas de Fornecimento e Serviços**

**6.4.1** Os materiais gráficos, adesivos, plotagens e carimbos deverão obedecer rigorosamente às especificações técnicas, sendo as artes previamente submetidas à aprovação da Secretaria.

**6.4.2** Para material gráfico lote 03, a CONTRATADA terá prazo de até 15 (quinze) dias, a contar do recebimento do arquivo eletrônico, para apresentação das provas gráficas.

**6.4.2.1** Os itens de material gráfico listado deverão atender à tiragem mínima, conforme especificado abaixo, de acordo com as quantidades definidas pela CONTRATANTE.

I. Adesivo personalizado da campanha (conforme arte em anexo), nas seguintes especificações: material vinil, medidas: 5cm x 20cm. – Tiragem mínima: 100

II. Bloco de anotações tipo sulfite impressão policromia medindo 15x20cm em cada bloco com 20 folhas (com arte inclusa) – tiragem mínima: 100

III. Cartaz para divulgação em papel couchê com medidas de 60cm de altura x 40cm de largura – tiragem mínima: 200

IV. Certificado em papel couchê, 170g policromia medindo 21x30 cm frente e verso (com arte inclusa) – tiragem mínima: 100

V. Crachá para credenciamento no tamanho 10x10cm em papel triplex 230g policromia, com cordão de nylon (arte inclusa) – tiragem mínima: 100

VI. Folder: medidas: 39 x 19cm dobrável em 4 partes material: papel couchê, gramatura 115 (com arte inclusa) – tiragem mínima: 200

VII. Formulário, conforme especificação abaixo: - formato: 21 x 29,7cm - número de páginas: 62 - capa: papel cartão 250g 4/4 cores - miolo: papel ap 90gr - 4/4 cores - acabamento: canoa, 2 grampos, faca de corte especial, verniz de proteção (arte inclusa) – tiragem mínima: 50

VIII. Panfleto (flyer) em policromia frente e verso medindo 15x21 cm, conforme modelo em anexo. – Tiragem mínima: 200

IX. Panfletos (flyer) em papel couchê 150g, só frente, policromia, medindo 15x21 – tiragem mínima: 200

X. Pastas com bolsa medindo 23 larg x 35 alt cm, em papel couchê 250g impressão policromia (com arte inclusa) – tiragem mínima: 100

XI. Troféu com base em mdf com 15 centímetros de largura e o restante em acrílico com 14 centímetros de altura (com arte inclusa) – tiragem mínima: 20

XII. Folder: medidas: 21 x 29,7cm tipo em 3 partes dobrável, (vincos), material: papel cartão, (criação gráfica a escolher). – tiragem mínima: 1000

**6.4.3** Os serviços de carimbos deverão ser entregues no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

**6.4.4** Kits manicure deverão ser entregues embalados individualmente, conforme descrição do item.

**6.4.5** Os serviços de brigadistas e bombeiros civis deverão observar integralmente as normas técnicas do Corpo de Bombeiros, com profissionais certificados, equipados e devidamente registrados.

**6.4.6** Todos os custos envolvidos na execução dos serviços, incluindo mão de obra, equipamentos, materiais, transporte, tributos, encargos sociais, previdenciários e fiscais, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

## **7. PAGAMENTO (Art. 6º Inciso XXIII Alínea g; Art. 18 Inciso III e Art. 92; Capítulo X – Dos Pagamentos da lei 14.133/21)**

**7.1** O pagamento será efetuado em favor da CONTRATADA em até **30 (trinta) dias** após a entrega do objeto/prestação dos serviços, através de transferência bancária em conta corrente (Art. 142 da Lei 14.133/21), mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo setor de Almoxarifado, ou Gestor da Pasta, conforme conferência pelo Controle Interno.



**7.2** As notas fiscais deverão conter a descrição do objeto, conforme nota de empenho, constar os dados bancários, estar em nome da CONTRATANTE, e deverão estar acompanhadas de comprovante de regularidade (certidão negativa) perante a Fazenda Federal, inclusive relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), CNDT e ISS Municipal no caso de prestação de serviços, comprovantes estes da manutenção das condições da habilitação, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais da documentação mencionada no Art. 68 da Lei 14.133/21.

**7.3** A fatura/nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida a CONTRATADA para retificação e reapresentação acrescentando-se, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

**7.4** Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus a CONTRATANTE.

**7.5** Se, por qualquer motivo alheio à vontade da CONTRATANTE, for paralisada a entrega/prestação dos serviços do objeto, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

**7.6** Não caberá pagamento de atualização financeira à CONTRATADA caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por culpa exclusiva desta.

**7.7** No caso de pendência de liquidação de obrigações pela CONTRATADA, em virtude de penalidades impostas, a CONTRATANTE poderá descontar de eventuais faturas devidas ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**7.8** A CONTRATANTE poderá justar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:

- a) Existência de qualquer débito para com a CONTRATANTE;
- b) Se o objeto entregue ou serviços prestados não estiverem de acordo com as especificações apresentadas e aceitas;

**7.9** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para isso, como critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, será utilizada a seguinte fórmula:

$$I = \frac{(6\% \times 365)}{100}$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6% (seis por cento), com vigência a partir da data de adimplemento da etapa;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

**7.10** O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventual atraso de pagamento.

**7.11** Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá estar regular perante a Fazenda Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, bem como quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre a aquisição, além do contrato devidamente assinado e publicado.

**7.12** No caso de incorreção em qualquer dos documentos apresentados será o mesmo devolvido a CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do pagamento.

**7.13** A CONTRATANTE não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem (Art. 145 da lei 14.133/21).

**7.14** Após a prestação dos serviços o contratado/fornecedor ao emitir a nota fiscal deve observar o disposto na Instrução Normativa RFB nº1234/2012 e a alíquota correta do objeto contratual firmado.

## **8. DO RECEBIMENTO DO OBJETO (Art.92 Inciso VII da Lei 14.133/21)**

**8.1** O objeto dessa contratação será recebido PROVISORIAMENTE, pelo Almoarifado Central, com apoio da Comissão de Recebimento e da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, exclusivamente para fins de conferência do critério quantitativo.

**8.1.1** O recebimento provisório será formalizado mediante a aposição de carimbo e assinatura no canhoto da Nota Fiscal Eletrônica e/ou no conhecimento de transporte da transportadora, devidamente datados e assinados

**8.2** Não serão recebidos materiais ou serviços em desacordo com as especificações técnicas, quantitativas ou com marca diversa da apresentada na proposta vencedora.

**8.3** Após o recebimento provisório, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a SEMAS procederá à verificação da conformidade do objeto entregue com as especificações constantes na Nota de Empenho, no Termo de Referência e demais documentos da contratação.

**8.4** Constatada qualquer incompatibilidade, irregularidade ou desconformidade, o objeto entregue deverá ser substituído pela CONTRATADA, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, não sendo esse prazo considerado como prorrogação do prazo original de entrega.

**8.4.1** O procedimento de verificação de compatibilidade também será aplicado aos itens encaminhados em substituição, sendo o objeto considerado definitivamente recebido somente após o cumprimento integral dessa etapa.

**8.5** O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade dos materiais fornecidos e dos serviços prestados, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas durante o prazo de garantia, quando da utilização do objeto pela Administração.

## **9. DO CONTRATO E PRAZO DE EXECUÇÃO (Art.6º, Inciso XXIII, Alínea f e Título III– Contratos Administrativos da Lei 14.133/2021)**

**9.1** O Termo de Referência e seus anexos estão vinculados ao contrato ou seu equivalente, como também a proposta do licitante vencedor (Art. 92, Inciso II da Lei 14.133/2021).

**9.2** O contrato será exigido para os lotes nº 03, 04, 05, 06, 07, 09, 12 e 13 referentes a prestação de serviços e terá validade de 12 (doze) meses para execução.

**9.3** O Contrato (ou equivalente) terá validade de até a entrega total/prestação dos serviços do objeto e seus respectivos pagamentos.

**9.4** O contrato ou seu equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, Art. 115, caput).

**9.5** O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato ou seu equivalente em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, Art. 119).

**9.6** O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato ou seu equivalente, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, Art. 120).

**9.7** Somente o CONTRATADO será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato ou seu equivalente (Lei nº 14.133/2021, Art. 121, caput).

**9.8** A inadimplência do CONTRATADO em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato ou seu equivalente (Lei nº 14.133/2021, Art. 121, §1º).

## **10. DA GARANTIA (Art.40 § 1º Inciso III da Lei 14.133/21)**

**10.1** A Contratada ficará obrigada a garantir os padrões de qualidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, exigidas pelo órgão responsável em cada item especificado no Termo de Referência, as quais deverão ser respeitadas, conforme direitos do consumidor, obrigando-se a substituir todos aqueles que estiverem fora do padrão, sem quaisquer ônus para a SEMAS, até o efetivo atendimento das referidas propostas.

**10.2** A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do contrato ou seu equivalente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Órgão interessado.

**10.3** Todo objeto entregue deverá ter a garantia de no mínimo 12 (doze) meses contra defeito de fabricação.

**10.4** Todo objeto que apresentar defeito de fabricação deverá ser substituído no prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da data da notificação a ser emitida pela CONTRATANTE.

**10.5** A CONTRATADA recolherá aos cofres do Município de Vilhena-RO, no pagamento da primeira parcela, caução correspondente a 1% (um por cento) do valor global do Contrato, importância está a ser devolvida à CONTRATADA somente após o cumprimento integral das obrigações por esta assumida, sendo facultativo prestá-la mediante caução em dinheiro, em Título da Dívida Pública, Carta de Fiança Bancária, Seguro Garantia. (Lei nº 14.133/2021, Art. 96, §1º).

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (Art.92, Inciso XIV da Lei 14.133/21)**

- a. Fornecer o objeto/prestar os serviços conforme especificações, marcas, no caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo total recomendado pelo fabricante, e preços propostos na licitação, e nas quantidades solicitadas pela CONTRATANTE.
- b. Entregar o objeto contratado estritamente no prazo estipulado, em perfeitas condições, nas embalagens originais, sem indícios de avarias ou violação.
- c. Comunicar a CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (dias) dias úteis que antecedem o prazo de vencimento da entrega do objeto/prestação dos serviços, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.
- d. Responsabilizar-se por todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto, inclusive frete.
- e. Responsabilizar-se, com a transportadora, pela movimentação do objeto até as dependências do depósito do Almoxarifado do Município, não sendo a SEMAS responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte.
- f. Assumir toda responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da adjudicação da licitação.
- g. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento

- do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 124, Inciso II, Alínea d da Lei nº 14.133/2021.
- h. Garantir a qualidade do objeto entregue ou serviço prestado, bem como substituir/refazer qualquer que não esteja dentro dos padrões de qualidade e conforme as condições previstas neste Termo.
  - i. Encaminhar ao e-mail semas@vilhena.ro.gov.br cópia do DANFE (Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica), Certidões de Regularidade Fiscal, Estadual e Municipal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
  - j. Ressarcir os eventuais prejuízos causados a Administração e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.
  - k. Aceitar e retirar a Nota de Empenho, substituta do contrato, em até três dias após sua convocação (Art. 90 da lei 14.133/21).
  - l. Indicar, por escrito, preposto ou profissional equivalente (e seu eventual substituto), fornecendo número de telefone e e-mail para contato, ao qual a CONTRATANTE possa se reportar quanto à fiel execução do contrato ou seu equivalente e cuidar para que esse profissional alocado mantenha permanente contato com os responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato ou seu equivalente.
  - m. Início da Execução do objeto será a partir da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço.
  - n. Manter durante a execução do contrato e/ou empenho todas as condições de habilitação e qualificação exigidas (Art. 92, Inciso XVI da Lei 14.133/21).

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (Art.92, Inciso XIV da lei 14.133/2021)**

- a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos.
- b. Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa fornecer o objeto/prestar os serviços adjudicado dentro das especificações exigidas no Termo de Referência.
- c. Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao objeto solicitado.
- d. Encaminhar a nota de empenho para a CONTRATADA.
- e. Conferir o objeto recebido e as notas fiscais se os mesmos estão de acordo com a nota de empenho.
- f. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos.
- g. Fiscalizar a entrega do objeto podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer, no todo ou em parte, qualquer objeto entregue que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Instrumento.
- h. Notificar, por escrito, a CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução das obrigações assumidas, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas no Termo de Referência.
- i. Aplicar ao CONTRATADO sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato ou seu equivalente.
- j. Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos no Termo de Referência.
- k. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato ou seu equivalente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de a todo CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **13. DO FISCAL DO CONTRATO**

**13.1** A CONTRATANTE, através do ordenador de despesas, deverá designar o fiscal do contrato para o recebimento e controle dos materiais. O mesmo registrará todas as ocorrências e as deficiências em relatório, cuja cópia será encaminhada a CONTRATADA, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

**13.2** O fiscal de contrato será o servidor efetivo do Município de Vilhena: Lélío Miki Hataka (mat. 3922) e Gestor da Pasta.

### **14. DAS PENALIDADES**

**14.1** Comete infração administrativa, nos termos do Art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato ou seu equivalente;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato (ou retirar seu equivalente) ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato ou seu equivalente;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou seu equivalente;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**14.2** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções (Art. 156 da Lei nº 14.133/2021):

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar;

**14.3** Na aplicação das sanções serão considerados (Art. 156, §1º da Lei nº. 14.133/21):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública.

**14.4** A sanção prevista na alínea a do item 14.2 deste Instrumento será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea a do item 14.1 deste Instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156º, §2º da Lei nº. 14.133/21).

**14.5** A sanção estabelecida na alínea b do item 14.2 deste Instrumento, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº. 14.133/2021.

**14.6** A sanção prevista na alínea c do Item 14.2 deste Instrumento, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº. 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**14.7** A sanção prevista na alínea d do Item 14.2 deste Instrumento, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº. 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do mesmo artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**14.8** A sanção estabelecida alínea d do Item 14.2 deste Instrumento será precedida de análise jurídica e observará a seguinte regra:

**14.8.1** quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de secretário municipal;

**14.9** As sanções previstas nas alíneas a, c e d do Item 14.2 deste Instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea a do mesmo item.

**14.10** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**14.11** A aplicação das sanções previstas no item 14.2 deste Instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**14.12** Na aplicação da sanção prevista na alínea b do Item 14.2 deste Instrumento, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (Art. 157 da Lei nº. 14.133/21).

**14.13** A aplicação das sanções previstas na alínea c e d do item 14.2 deste Instrumento requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**14.14** Os atos previstos como infrações administrativas da Lei nº. 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

## **15. DAS RETENÇÕES**

**15.1** O contratante reterá, na fonte imposto de renda, nos termos da instrução normativa nº 1234/2012, da Receita Federal do Brasil, sob a aplicação da prevista nesta instrução normativa, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº 9.430/1996, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta municipalidade conforme a instrução normativa nº 2145, de 26 de junho de 2023.

**15.2** As hipóteses de retenção na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa da retenção, nos termos da IN RFB nº 1234/2012.

**15.3** As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres

municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1988, devendo a contratada observar a IN RFB nº 1234/2012 quando do envio dos documentos fiscais.

## **16. DO CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 8.213 DE 1991 E DECRETO FEDERAL Nº 9.579/2018**

**16.1** A contratada deve cumprir a cota de contratação de aprendizes conforme o artigo 51 do Decreto Federal nº 9.579, de 22 de novembro de 2018.

**16.2** A contratada deve cumprir a cota de pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social conforme o artigo 93 da Lei Federal nº 8.213 de 1991.

**16.3** A contratante fiscalizará o cumprimento da cota de contratação de aprendizes conforme o artigo 51 do Decreto Federal nº 9.579, de 22 de novembro de 2018 e da cota de pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social conforme o artigo 93 da Lei Federal nº 8.213 de 1991.

## **17. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO (Capítulo VIII Art. 137 da lei 14.133/21)**

**17.1** A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a possibilidade de sua extinção, a critério da Administração, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, sendo devidamente motivada nos autos do processo e assegurado o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA.

**17.2** A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**17.3** O CONTRATADO reconhece os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão Administrativa prevista no art. 137 da Lei nº 14.133 de 2021.

**17.4** A rescisão determinada por ato unilateral da Administração, conforme art. 138 da Lei nº. 14.133/2021 acarreta a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

## **18. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124, da Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

## **19. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**

Fica este Contrato vinculado ao Edital de Pregão Eletrônico n.º 013/2026/PMV/SRP e a proposta de preços constante no Processo Administrativo n.º 1793/2026, bem como as disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021, cujas disposições integram este instrumento.

## **20. DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

O Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

## **21. DO ADITAMENTO**

O presente Contrato poderá ser aditado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **22. DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO**

Dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados de sua assinatura, o Município providenciará a publicação, em resumo do presente Contrato.

### 23. DOS TRIBUTOS E DESPESAS

Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução de seu objeto.

### 24. DO FORO

O foro do presente Termo será o da Comarca de Vilhena (RO), excluído qualquer outro. E por estarem de acordo é registrado o Extrato do presente Contrato à fl. .... do livro 001 - Vol. I, da Procuradoria Geral do Município desta Prefeitura, o qual depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes CONTRATANTES e por duas testemunhas que a tudo assistiram, sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias.

Vilhena, ..... de ..... de 2026.

PELO MUNICÍPIO

PELA CONTRATADA

Flori Cordeiro de Miranda Junior  
**PREFEITO MUNICIPAL**

.....  
.....

.....  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL**

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

Visto:

.....  
**PROCURADOR MUNICIPAL**